

**MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA**

*EMPREENDIMENTO  
DE CARÁCTER ESTRATÉGICO  
PARA A  
CONSTRUÇÃO  
DO COMPLEXO MONÁSTICO  
DE  
SANTA MARIA MÃE DA IGREJA  
EM PALAÇOULO*

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>I. Breve Caracterização Socioeconómica da Região</b>	<b>5</b>
1. Município de Miranda do Douro	5
2. Freguesia de Palaçoulo	7
<b>II. Descrição do Empreendimento</b>	<b>11</b>
1. Um Mosteiro Cisterciense de Estrita Observância	11
1.1. Usos	11
1.2. Lugar	13
1.3. Arquitetura	14
2. Enquadramento territorial e incidências territoriais	15
3. O Projecto	19
<b>III. Análise dos Impactos Demográfico, Económico, Sociocultural, Paisagístico e Ecológico</b>	<b>24</b>
1. Vetor demográfico	24
2. Vetor económico	24
3. Vetor sociocultural	25
4. Vetor paisagístico	25
5. Vetor ecológico e índice de edificabilidade	26
<b>IV. Fases de Construção</b>	<b>27</b>
1. Fase 1	27
2. Fase 2	29
3. Calendarização previsional	32
<b>V. Compatibilidade dos Usos Propostos com os Usos Dominantes</b>	<b>33</b>
<b>VI. Infraestruturas</b>	<b>35</b>
<b>VII. Parâmetros de Edificabilidade</b>	<b>36</b>
<b>VIII. Do Conceito e da Verificação dos Requisitos do Empreendimento de Carácter Estratégico</b>	<b>37</b>
<b>IX. Avaliação Ambiental Estratégica</b>	<b>39</b>
1. Características dos planos e programas	39
2. Características dos impactes e da área suscetível de ser afetada	40
3. Da não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica	41
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>42</b>

# INTRODUÇÃO

A presente Memória Descritiva e Justificativa tem em vista o reconhecimento do interesse público estratégico de um Empreendimento para Construção de um Complexo Monástico de Santa Maria Mãe da Igreja, em Palaçoulo. Trata-se de um Mosteiro para uma congregação cisterciense de estrita observância feminina (também denominado “trapista”).

Nos parágrafos seguintes descrever-se-á como o referido investimento, dadas as suas peculiares características, merece ser considerado como Empreendimento de Caráter Estratégico. Concretamente, será feito o enquadramento do ponto de vista da avaliação das incidências territoriais do investimento, da compatibilidade dos usos propostos com os usos dominantes, da avaliação ambiental estratégica, assim como da verificação dos requisitos e condições necessários à existência de Empreendimentos de Caráter Estratégico.

Serão descritos os impactos deste Empreendimento no território e na população. Para tal, far-se-á uma breve descrição da situação e da evolução recente do Concelho de Miranda do Douro e da Freguesia de Palaçoulo, demonstrado como alguns fatores negativos da evolução deste concelho e freguesia poderão ser compensados por este Empreendimento – com impactos positivos nos vetores demográfico, social, cultural, económico, arquitetónico e paisagístico –, sem que tal implique o surgimento de outros efeitos negativos.

Conforme se irá verificar, este Empreendimento não gerará alterações funcionais substanciais no território, mas antes repristinará a situação anterior à sua degradação demográfica e socioeconómica, nomeadamente, pela reposição da atividade agrícola tradicional, com culturas autóctones. Desta continuidade

com a tradição decorrerá, por consequência, a não necessidade de avaliação ambiental estratégica.

Concluir-se-á que o investimento visado é suscetível de se enquadrar na figura do Empreendimento de Caráter Estratégico a que se refere o artigo 75.º do Regulamento do PDM de Miranda do Douro, estando reunidas todas as condições para que se possa dar início ao procedimento do reconhecimento do interesse público estratégico previsto no artigo 76.º do Regulamento do PDM.

## I. BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA REGIÃO

### 1. Município de Miranda do Douro

Miranda do Douro apresenta uma tendência para o envelhecimento da população e para o decréscimo do número de jovens (com idade inferior a 15 anos) superior à da totalidade da região de Terras de Trás-os-Montes (NUTS III), ou mesmo do que a região do Norte (NUTS II), ou Portugal (INE 2017). Desde 2001 a população residente no Município de Miranda do Douro tem vindo a diminuir, registando-se entre o ano de 2001 e de 2011 um decréscimo de 559 residentes. Este índice atinge em 2016 um saldo negativo de 960, com uma população residente de 7084. O índice de envelhecimento tem vindo a aumentar, tendo-se calculado em 2001 em 236,8 idosos por cada 100 jovens e tendo atingido o valor de 318,4 no ano de 2011, e atingindo em 2016 o valor de 369,8 idosos por cada 100 jovens. Este valor tenderá provavelmente a agravar-se tendo em conta que a percentagem de população jovem (com menos de 15 anos) tem vindo também a diminuir entre 2001 e 2016 a uma velocidade média de 0,18% por ano, variando entre 11,5% e 8,8%. O número de famílias também tem vindo a diminuir, com o número de famílias unipessoais a aumentar (Pordata).

Em termos de dinâmica populacional no município, tanto a taxa de crescimento efetivo anual, como a taxa de crescimento natural anual da população são negativas. (Na freguesia de Palaçoulo, em particular, registaram-se apenas óbitos, o que parece denotar o envelhecimento da população.) (INE 2017).

A taxa de emprego (população empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos) diminuiu entre os Censos de 2001 e os de 2011 de 43,2% para 38,8%. A população empregada no setor primário que atingia em 2001 os 27,6%, nos Censos de 2011 já era apenas de 10,9%. Entre 2001 e 2011, a população empregada no setor secundário aumentou, bem como e sobretudo a população empregada no setor terciário.

Atualmente a população ativa do Município de Miranda do Douro divide-se em 11% no setor primário, 21% no setor secundário e 68% no setor terciário. A taxa de desemprego é de 9,3%. (Pordata).

Segundo dados da Pordata (Pordata dados 2001, 2011, 2016) a população, densidade populacional, percentagem de jovens, e população ativa, no cômputo geral, diminuem, e a percentagem de população idosa aumenta. O saldo natural era em 2001 de -50 e passa em 2016 para -86.

	2001	2011
População activa*	3222	2889
Taxa de emprego (%)**	43,2	38,8
População empregada no sector primário (%)	27,6	10,9
População empregada no sector secundário (%)	20,8	21,4
População empregada no sector terciário (%)	51,6	67,6
Trabalhadores por conta de outrem (%)	55,5	66,2
Trabalhadores por conta própria isolados (%)	15,2	14,2
Taxa de desemprego (%) ***	4,5	9,4

\* população empregada + população desempregada

\*\* população empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos

\*\*\* população desempregada por 100 activos

Fonte: Pordata, Números dos municípios e regiões de Portugal, Quadro-resumo: Miranda do Douro, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) a 27-06-2018

Apenas 2 localidades no concelho registam crescimento populacional: Palaçoulo e a cidade de Miranda do Douro (INE).

O decréscimo mais substantivo verifica-se, contudo, no setor primário, nomeadamente ao nível das explorações agrícolas tradicionais e de pequena dimensão, com sérias implicações ao nível da desertificação da paisagem.

Número de explorações									
Ano	Área (ha)	Nº total	Sem SAU*	< 1ha	1 a <5ha	5 a <20ha	20 a <50ha	=>50ha	Nº total com SAU*
2001	27419	1722	9	156	1557				1713
2011	28515	1781	5	71	627	794	218	66	1776
* Superfície Agrícola Utilizada									
Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro, Conselho Local de Ação Social de Miranda do Douro, Abril de 2014									

Superfície Agrícola Utilizada						
Ano	Total (ha)	< 1ha	1 a <5ha	5 a <20ha	20 a <50ha	=>50ha
2001	21470	94	21376			
2011	21813	51	1761	8284	6584	5133

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro, Conselho Local de Ação Social de Miranda do Douro, Abril de 2014

Utilização da Terra										
Ano	SAU		Terra arável		Horta Familiar		Culturas Permanentes		Pastagens Permanentes	
	Nº Explo-rações	Área (ha)	Nº Explo-rações	Área (ha)	Nº Explo-rações	Área (ha)	Nº Explo-rações	Área (ha)	Nº Explo-rações	Área (ha)
2001	1713	21470	1672	12646	1621	232	64	36	1242	6417
2011	1776	21813	1614	12204	1507	213	1625	2586	1235	6810

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro, Conselho Local de Ação Social de Miranda do Douro, Abril de 2014

## 2. Freguesia de Palaçoulo

A freguesia de Palaçoulo ocupa, no panorama do Concelho e mesmo da Região, uma situação peculiar: não só não se verifica a típica queda acentuada de população como inclusivamente a taxa de população ativa é relativamente elevada (encontramos na freguesia indústrias com relevância nacional e internacional: Tanoarias e Cutelarias).

Freguesias	Área km2	1991		2001		2011	
		Pop. Residente	Dens. Pop (hab/km2)	Pop. Residente	Dens. Pop (hab/km2)	Pop. Residente	Dens. Pop (hab/km2)
Atenor	23,1	206	8,9	172	7,45	121	5,9
Águas Vivas	9,6	-	-	-	-	163	17
Cicouro	14,5	112	7,7	105	7,24	95	6,4
Constantim	22,2	171	7,7	117	5,27	109	5,1
Duas Igrejas	49,2	814	16,5	749	15,22	599	12
Genísio	29,8	261	8,8	233	7,82	186	6,3
Ifanes	28,5	281	9,9	205	7,19	160	5,6
Malhadas	27,5	408	14,8	399	14,51	344	12,4
Miranda do Douro	37,4	1875	50	2154	57,44	2254	63,5
Palaçoulo	42,3	725	14,5	399	7,96	554	13,1
Paradela	13,8	144	10,4	165	11,96	151	9,4
Picote	19,9	486	24,4	371	18,55	301	15,5
Póvoa	22,4	291	13	244	10,89	208	9,2
São Martinho	37	437	11,8	359	9,7	307	8,4
Sendim	38,3	1422	37,1	1432	37,39	1366	35,5
Silva	31,1	380	12,1	311	9,9	237	7,6
Vila Chã	42,8	436	10,2	391	9,14	327	7,6

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro, Conselho Local de Ação Social de Miranda do Douro, Abril de 2014

“A nível populacional, a freguesia de Palaçoulo conta actualmente com 564 residentes, sendo 534 o número de eleitores recenseados na povoação. Em termos percentuais, a população com idade igual ou inferior a 15 anos corresponde a 13%, sendo a percentagem de adultos em idade activa de 64%. A população idosa, com idade igual ou superior a 65 anos, completa o número de residentes com uma percentagem de 23%.” (Site da Junta de Freguesia de Palaçoulo).



Zona geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos colectivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	3693	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
Miranda do Douro	7482	3667	3815	7211	3518	65	3055	7	2360	5513	5511	2	32	5158
Atenor	121	58	63	115	50	49	58	0	42	110	110	0	1	110
Cicouro	95	47	48	97	48	53	43	0	26	96	96	0	0	96
Constantim	109	49	60	100	47	291	56	0	39	112	112	0	0	111
Duas Igrejas	599	291	308	562	271	87	266	0	192	452	451	1	0	450
Genísio	186	94	92	179	92	83	89	0	66	194	194	0	0	194
Ifanes	160	76	84	158	75	173	79	0	50	181	181	0	0	181
Malhadas	344	170	174	343	170	1174	138	0	111	246	246	0	2	248
Miranda do Douro	2254	1084	1170	2237	1063	252	850	2	690	1443	1443	0	15	1098
Palaçoulo	554	284	270	515	263	74	196	1	171	309	309	0	3	309
Paradela	151	75	76	146	72	149	59	0	50	97	97	0	0	97
Picote	301	146	155	291	142	102	128	1	87	253	253	0	4	257
Póvoa	208	106	102	210	108	154	90	0	72	144	144	0	0	144
S. Martinho de Angueira	307	148	159	296	142	655	144	1	96	320	320	0	1	321
Sendim	1366	670	696	1285	630	110	527	2	430	976	976	0	5	961
Silva	237	121	116	230	120	150	112	0	81	199	199	0	0	199
Vila Chã de Braciosa	327	164	163	300	150	72	151	0	110	270	269	1	1	271
Águas Vivas	163	84	79	147	75	72	69	0	47	111	111	0	0	111

Fonte: INE, Censos 2011

Tradicionalmente, a atividade económica dominante na freguesia era a agricultura “dedicando-se, hoje a esta atividade, a tempo inteiro, apenas 45 famílias” (de cerca de 196, 23%). O território tem franco potencial para a cultura do trigo, do centeio, da cevada, da aveia, de tremoços, de lentilhas, entre outros. É também significativa a extração de cortiça (Site da Junta de Freguesia de Palaçoulo).

“O sector secundário é vasto na freguesia, contribuindo em muito para o seu progresso económico e social, visto ser impulsionador de vários postos de trabalho, trabalhando diariamente neste sector, o número de 126 pessoas. É representado pela indústria da cutelaria, tanoaria, artesanato, construção civil,

serralharia, artes gráficas, fabrico de blocos e panificação.” (Site da Junta de Freguesia de Palaçoulo)

Não obstante, a população da freguesia está, tal como a do restante Concelho, bastante envelhecida (não havia registo de nascimentos no período entre os últimos censos), com sérias consequências para a paisagem rural, quer construída (diminuição do número de alojamentos de 384 para 312, com consequente arruinamento de estruturas), quer agrícola (ao nível do despovoamento das culturas agrícolas autóctones e da alteração das divisões típicas do território).

Face a este diagnóstico, dois tipos de ação manifestam-se apropriadas: em primeiro lugar um esforço no sentido de rejuvenescer a população; em segundo lugar o favorecimento de empreendimentos do setor primário com características capazes de favorecer a restauração da paisagem rural típica. Qualquer destes efeitos, embora em pequena escala, são conseguidos por via do Empreendimento que se pretende construir.

## II. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

### 1. Um Mosteiro Cisterciense de Estrita Observância

Como atrás se disse, o Empreendimento é constituído por um Complexo Monástico para uma congregação cisterciense de estrita observância (trapista) feminina. Para que se possa formular uma imagem compreensiva do que se pretende, apresentaremos em primeiro lugar a descrição detalhada das disposições funcionais e morfológicas deste empreendimento e depois analisaremos os impactos na população e no território, tal como exigido pelo artigo 76.º do Regulamento do PDM de Miranda do Douro.

A ordem cisterciense de estrita observância (também chamada “trapista”), sendo uma ordem contemplativa de clausura, tem disposições arquitetónicas e funcionais peculiares. O facto de se tratar de um mosteiro para uma comunidade feminina introduz ulteriores especificações mandatórias.

A regra da ordem cisterciense de estrita observância inclui o vínculo da *stabilitas loci*, o que significa que as monjas fazem voto de habitar toda a vida no mesmo local – daqui se deduz que o grau de exigência quanto ao lugar e quanto à arquitetura é muitíssimo elevado.

#### 1.1. Usos

Do ponto de vista dos usos, a regra, que por economia de explicação se pode dizer baseada no princípio beneditino do *ora et labora*, estipula fundamentalmente quatro tipos de espaços:

- Espaços para oração;
- Espaços para trabalho;
- Espaços para estudo; e
- Espaços residenciais.

#### A) ESPAÇOS PARA ORAÇÃO

Os espaços para oração dependem da determinação “ora” da regra. A oração das monjas cistercienses corresponde maioritariamente à recitação cantada da Liturgia da Horas e da Liturgia Eucarística. Esta função é realizada numa igreja de disposição particular, com lugar para o coro das monjas e para a

assistência de leigos exteriores à comunidade, e com características acústicas determinadas (implicando certas tecnologias construtivas) de modo a favorecerem o canto. Nessa igreja, além da missa diária e da recitação das Horas, podem também ter lugar outras celebrações.

Outros momentos de oração – maioritariamente privada mas realizada em comunidade – acontecem no claustro.

#### B) ESPAÇOS PARA TRABALHO

Os espaços para trabalho decorrem da determinação “*labora*” da regra. Em princípio, um mosteiro cisterciense deverá ser autossuficiente, quer ao nível da direta subsistência das monjas, quer num sentido economicamente mais lato. Tal implica, outra vez, não só instalações particulares, como uma extensão de território considerável.

Tradicionalmente, o trabalho das monjas cistercienses é o trabalho agrícola, de afeiçoamento da natureza. Deste modo o mosteiro cisterciense é, salvo as especificações relativas aos espaços de oração, semelhante a um importante complexo agrícola – uma quinta – compreendendo extensas áreas envolventes dedicadas ao cultivo, as áreas de apoio cobertas correspondentes (armazenamento dos produtos agrícolas, das alfaias, etc.), e outras áreas complementares (por exemplo para venda direta dos produtos).

Neste âmbito, é usual as monjas realizarem também a transformação de alguma da sua produção agrícola, como forma de autossustento, ou terem algum outro tipo de atividade artesanal (tecelagem, etc.), o que pressupõe igualmente instalações adequadas.

A produção primária (produtos agrícolas) ou secundária (produtos transformados) será, por seu turno, comercializada também no próprio Mosteiro, pelo que se deverá considerar um pequeno espaço para esse efeito.

A atividade laboral dos cistercienses pode ainda compreender outras atividades – como foi, durante a Idade Média a tarefa de copista, reproduzindo manuscritos antigos – pelo que o Mosteiro deve ser encarado como um lugar funcionalmente versátil, com atividades predominantemente ligadas ao setor primário (agricultura e pecuária), mas também compreendendo atividades do setor secundário (transformação de produtos) e terciário (comércio e outras), embora estas últimas sempre em pequena escala.

A latitude de usos acima descrita, bem como a extensão de área requerida para a sua operacionalização, são funcionais à subsistência das monjas mas simultaneamente consequentes ao mandamento beneditino “*ora et labora*”; representam aspetos estruturais do próprio mosteiro trapista decorrentes da essência desta ordem religiosa.

#### C) ESPAÇOS PARA ESTUDO

Em período histórico mais recente a Ordem Cisterciense de estrita observância (trapista) sublinhou também a necessidade dos momentos de estudo e formação: a *Lectio Divina*. Tal atividade pressupõe a existência de lugares para o estudo coletivo – salas de conferências – e para o estudo pessoal (mas sempre realizado em comunidade, algo semelhante a uma biblioteca ou a uma sala de aula, em que cada membro da comunidade tem um posto para o seu estudo pessoal). Complementarmente serão necessários locais para o armazenamento dos materiais didáticos (depósito de livros, depósito de material informático e de multimédia, etc.).

#### D) ESPAÇOS RESIDENCIAIS

A todas as funções anteriormente descritas acrescem as funções puramente residenciais ou habitacionais, relativas às funções de repouso – dormitórios –, higiene – instalações sanitárias –, e alimentação – cozinha, despensa e refeitório. Considerando que estas monjas vivem em clausura (ou seja, sem saírem da área do mosteiro exceto em circunstâncias particulares) e em comunidade (serão cerca de 40 indivíduos), estas funções residenciais normais adquirem ulterior complexidade.

Somam-se ainda outras funções ancilares, como o cuidado dos doentes – que implica, por exemplo, enfermaria com cozinha própria.

O Mosteiro compreende, além das funções residenciais adstritas às monjas, a função de acolhimento a peregrinos, leigos e sacerdotes visitantes, familiares das monjas, e pessoas ou grupos que procurem um período de retiro – o que na descrição do mosteiro, de acordo com a regra, corresponde à chamada “hospedaria” (que é uma simples casa de acolhimento para cerca de 30 pessoas).

#### 1.2. Lugar

A condição de clausura, o carácter contemplativo desta ordem religiosa e a sua tradicional propensão para uma relação privilegiada com a paisagem natural e/ou agricultada implicam particularidades significativas relativas ao lugar.

Historicamente os monges cistercienses começaram por procurar lugares longínquos da civilização – florestas, pântanos (Cister, a casa-mãe estava situada num pântano) – de modo a aí, isolados do mundo, poderem cumprir, sem perturbações, as atividades contemplativas (de oração e trabalho)

pelas quais se procuravam realizar. Esses lugares eram depois submetidos a um intenso trabalho de arroteamento, de domesticação paisagística, conducentes a adquirirem, por um lado, as capacidades produtivas que garantissem a sobrevivência dos monges e, por outro, uma certa beleza de paisagem culturalizada, que facilitasse a contemplação. Vale a pena sublinhar que a paisagem resultante da ação destes monges, sempre fabricada numa ação do Homem em harmonia com os dados da natureza pré-existente, resultam em territórios doces e domésticos, com um grande caráter de acolhimento, normalmente com mais-valias paisagísticas relativamente à situação primitiva. O construído, propriamente dito, ocupa um valor residual relativamente à área agricultada; tende a acontecer num sítio do lote afastado de vias de comunicação, defendido das vistas dos passantes, de modo a salvaguardar o recolhimento das monjas, procurando-se uma implantação próxima do baricentro do território cercado. Esse, por assim dizer, código genético cisterciense permanece até hoje.

A contemplação será também favorecida se o Mosteiro se situar em local com aberturas paisagísticas (vistas) com qualidade estética (como a perspetiva para o Castelo do Algosó). Não obstante, tal não poderá implicar uma exposição agressiva aos elementos meteorológicos – como seria a localização na crista de uma colina, demasiado exposta a norte (e também demasiado impositiva sobre a paisagem) – procurando-se, entre outros fatores, a melhor exposição solar.

### 1.3. *Arquitetura*

Dado que apenas parte do projeto está realizado, não será possível apresentar uma descrição circunstanciada do que será, arquitetonicamente, o novo Complexo Monástico. Exporemos tão-somente as intenções principais que determinaram o desenho do conjunto.

#### A) HABITARE SECUM

O primeiro objetivo do Mosteiro – enquanto arquitetura – é o de facultar o *habitare secum*, o habitar-se.

A arquitetura não é somente uma construção que responde a certas necessidades funcionais, mesmo quando a essa construção se acrescenta uma qualquer capa esteticamente apelativa. Antes de qualquer outro objetivo, um ambiente que é arquitetura é feito para permitir ao Homem encontrar-se consigo mesmo, ser ele mesmo, em suma, habitar-se.

Decorre daqui que a arquitetura é necessariamente uma *presença discreta* (uma “presença que é discretamente uma ausência”, diz Levinas<sup>1</sup>), que não pode chamar sobre si a atenção, mas tão somente facultar a separação do bulício da vida mundana – ou do afogueado vida natural – para que o Homem tome consciência de si.

O modo de ser desta *presença discreta* não pode, contudo, ser o da camuflagem ou do escondimento. Se assim fosse, a arquitetura, simplesmente desaparecendo, não cumpriria a função de alterar o espaço natural, de lhe conceder uma marca humana que permitisse ao Homem não ser apenas um animal sofisticado, vivendo segundo os seus instintos. Sem a marca humana da arquitetura, o território natural continuaria selvagem e portanto inabitável, e o Homem dificilmente poderia *ser* Homem (apesar de conservar o potencial de o ser). É preciso, então, que o território seja marcado, transformado, para ser humano – mas discretamente – para não atrair sobre si as atenções, inviabilizando o *habitare secum*. Como? Por meio de *modelos*.

#### B) MODELOS

Modelos ou arquétipos são aquelas formas que a Tradição sedimentou – e testou –, formas capazes de cumprirem os objetivos funcionais para que foram feitas; formas belas, mas não ostensivas. Esses modelos não são invenção do arquiteto, não nascem de um esforço compositivo. São só descoberta no passado, escolha e reproposta (eventualmente com subtis alterações), no presente. No nosso caso – o Complexo Monástico de Santa Maria Mãe da Igreja de Palaçoulo –, quais são esses modelos? Para responder a esta questão deveremos considerar primeiro a paisagem e o território onde o Mosteiro virá a ser implantado.

## 2. Enquadramento territorial e incidências territoriais

O Empreendimento incide sobre uma área total de aproximadamente 274.003,00m<sup>2</sup>, propriedade do Mosteiro Trapista de Santa Maria Mãe da Igreja, situada no lugar de Alacão, em Palaçoulo, sendo que a área total de implantação será de cerca de 6600m<sup>2</sup>, com uma área total de construção de cerca de 9600m<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, “A morada”, 2 – A habitação e o feminino.

Atualmente, esta área incide sobre vários prédios rústicos da propriedade do Mosteiro Trapista, estando já a decorrer as diligências tendentes à anexação destes prédios num único prédio rústico por forma a nele ser implantado o Empreendimento. Concretamente, a área de implantação incide sobre os seguintes prédios rústicos:

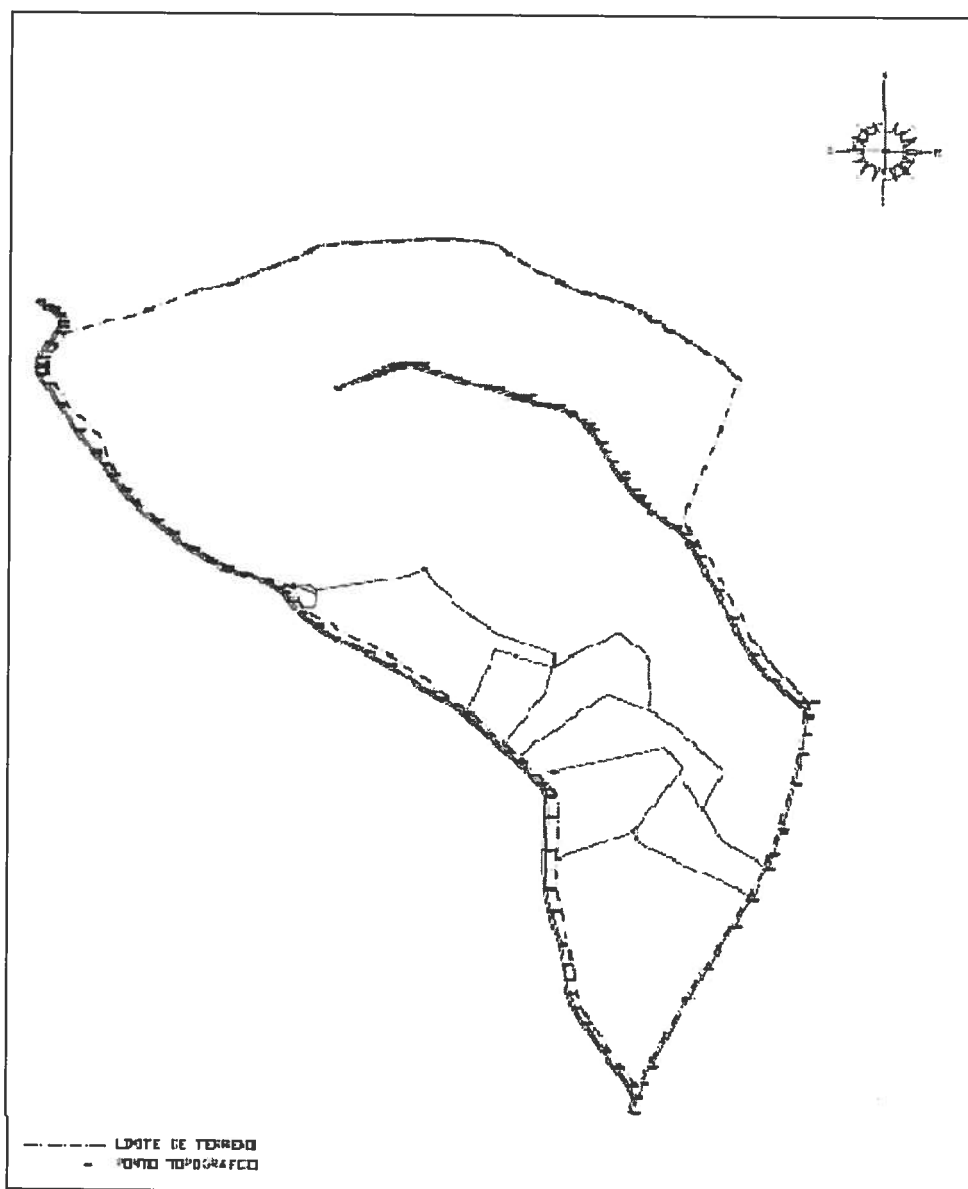
N.º do Artigo Matricial	N.º da Descrição Predial
2563	1984
2556	1999
2574	1998
2576	1978
2578	1979
2568	1980
2566	1981
2558	1982
2553	1983
2555	1985
2564	1986
2565	1987
2577	1988
2554	1989
2575	1990
2522	1991
2557	1992
2559	1993
2561	1994
2569	1995
2562	1996
2567	1997
2521	2000
2520	2001
2560	1319



As imagens que se apresentam de seguida correspondem à localização prevista para o Empreendimento:



A planta que se apresenta de seguida corresponde à planta de localização prevista para o Empreendimento:



Esta área encontra-se inserida numa área qualificada como solo rural, nos termos do artigo 26.º do Regulamento do PDM, mais concretamente na categoria dos espaços agrícolas, vigorando as restrições de edificabilidade previstas para esta categoria de espaço. Não obstante estas restrições de edificabilidade, o artigo 75.º do mesmo Regulamento permite usos e edificações que não se encontrem em conformidade com aquele preceito, desde que o interesse público estratégico de determinado Empreendimento seja reconhecido pela Assembleia Municipal.

Não serão afetadas zonas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) nem da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Esta zona é principalmente constituída por uma colina de pequena elevação, com uma forma semelhante à de um feijão ou rim. O seu eixo maior está sensivelmente orientado de Nascente para Poente, e o seu eixo menor, de Norte para Sul. A crista do “feijão” – a linha de cume da colina – estabelece uma separação entre a parte Norte do terreno e a parte Sul. A encosta Sul da colina é de inclinação mais suave que a encosta Norte e o terreno estende-se também a sul, depois do fim da colina, em plano horizontal, até a um caminho limítrofe. A encosta Norte é também mais densamente arborizada do que a Sul.

Palaçoulo situa-se na região do Nordeste Transmontano, uma zona de clima temperado seco, caracterizado por Invernos frios e Verões quentes: como o povo da zona diz, “9 meses de inverno e 3 de inferno”. Há uma grande amplitude térmica diária e anual, e pouca pluviosidade. Os ventos dominantes são de Norte (muito frios) e, no Verão, de Este (quentes).

Topograficamente a zona situa-se no planalto transmontano, definido por um relevo suave e constante de pequenas ondulações (como as que foram já descritas). As árvores típicas são os *quercus*: principalmente azinheiras, carvalhos negrais e alguns sobreiros.

Geologicamente os terrenos são maioritariamente compostos por xisto.

Em termos de vistas o terreno propriedade do Mosteiro Trapista está encerrado, a pequena distância, por colinas de pouca altura, já fora daquele terreno, semelhantes à que ocupa o centro do terreno, colinas que fecham todas as perspectivas a não mais de 500 metros. Excetuam-se uma estreita abertura a Oeste – de onde se goza de uma magnífica vista, por entre um vale densamente arborizado, para o castelo do Algosó – e uma abertura mais franca no quadrante Noroeste na direção Norte-Noroeste (NNO) – que aponta ao longe para as montanhas espanholas de Sanábria. Não obstante, pelo facto de o terreno ter uma maior extensão para Sul do que para Norte e, por nesta vertente o terreno ser agricultável, a vista do centro do terreno para Sul evidencia algum desafogo: uma paisagem serena e doméstica.

### 3. O Projecto

Considerando, então, as especificidades do lugar e a teoria da eleição de “modelos”, a estratégia a adotar é a seguinte:

#### A) “MODELO” PRINCIPAL – O MOSTEIRO CISTERCIENSE

Uma vez que o terreno atribuído tem ainda algo de pouco domesticado, a primeira tarefa, do ponto de vista arquitetónico, consistirá em conferir-lhe a marca de humanização necessária, de tal modo que essa marca possa conceder a quem a percebe a imediata noção de um território cosmificado, afeiçoado ao Homem, viável para o *habitare secum*. O quase milenar “modelo” do mosteiro cisterciense, sobretudo no seu modo de presença na paisagem, tem a capacidade de conferir esse carácter ao território. Por meio dele o território será configurado, não apenas de forma apropriada ao habitar-se, mas de forma apropriada ao habitar-se próprio de uma comunidade trapista.

Propõe-se que o edifício do Mosteiro se situe no baricentro do território, na vertente sul da colina, no “umbigo” do feijão. Não só esse é o ponto mais distante das extremas do terreno e dos caminhos limítrofes – sendo, deste modo, a situação que confere maior proteção e isolamento ao edificado –, como, colocando-se na encosta Sul, junto à crista mas não sobre ela, assume a clássica situação cisterciense, a pouco mais de meia encosta, que não procura protagonismo na paisagem (como se de um castelo se tratasse) mas o põe em relação com a paisagem agricultada, domesticada, de tal modo que ela parece irradiar dele. À igreja, contudo, é deixado o lugar mais elevado da colina, de modo que a sua silhueta característica, visível de todos os lados, conceda ao terreno e à sua envolvente a marca cosmificadora. A igreja, pela sua função soteriológica, assume-se como referencial, realizando a organização do espaço (e do tempo) em redor.

#### B) “MODELOS” SECUNDÁRIOS

Se a opção pelo modelo principal é bastante fácil, aquela referente a outro edificado é menos óbvia. Outros construídos, naquele território, precisam de se secundarizar, de se subalternizar, relativamente ao primeiro. Qualquer outro volume grande, ou de algum modo imponente, entraria em despique com o volume do Mosteiro, criando dialética e confusão, neutralizando a função cosmificadora da paisagem, executada pelo Mosteiro e pela igreja.

Naquela região, naquela situação paisagística, o “modelo” adequado, que realiza essa subalternidade, será o da “rua de aldeia”: um alinhamento orgânico, de edificado de cêrcea baixa, disposto ao longo de um caminho. Para que o território em questão mantenha legibilidade, se permita ser facilmente interpretado e compreendido – facultando o *habitare secum* – é, então, necessário que outro edificado, exigido funcionalmente, se disponha como os construídos

mais simples das aldeias: sob a forma de um aglomerado de casas pequenas organizadas ao longo de uma via de acesso ao centro do território, que é o Mosteiro.

Além dos modelos, é importante considerar a sua localização no terreno dado, mas, para tal, devemos ter em conta primeiro o território não-construído do Mosteiro, normalmente denominado “cerca”.

#### C) A CERCA

A paisagem envolvente do Mosteiro, que já não é natural porque já não é selvagem – paisagem trabalhada pelo homem mas não completamente subtraída à Natureza, paisagem afeiçoada, afetiva –, esse território constitui a Cerca.

No território da Cerca vários propósitos se devem considerar. Antes de mais a Cerca é o lugar de produção do sustento do Mosteiro, território, portanto, agricultado, produtivo, domesticado. A situação ideal para este uso será no quadrante Sul, em toda a área a sul da linha de cumeeada da colina: porque esta área está protegida das intempéries, porque a encosta é mais suave e portanto mais fácil para o trabalho agrícola, porque é a área mais extensa, considerando a distância do baricentro (o “umbigo” do feijão) às extremas de propriedade e caminhos limítrofes.

A Cerca é também o lugar de recriação e de contemplação das monjas trapistas – o que, tendo em conta o seu voto de *stabilitas loci*, não é um assunto de somenos importância. Essa recriação e contemplação requer alguma riqueza e variedade paisagísticas, não se podendo limitar ao terreno agricultado, mas devendo compreender as partes mais selvagens na vertente Norte, e as vistas de maior profundidade de campo, a Oeste e a Noroeste. O quadrante ideal para tal função será o Noroeste, porquanto, sendo demasiado exposto (meteorologicamente) e demasiado íngreme para a agricultura, sendo também o que contém as melhores vistas e os resíduos de paisagem natural mais típicos: com azinheiras, sobreiros, carvalhos e com afloramentos rochosos de xisto.

#### D) CONFIGURAÇÃO DOS “MODELOS” SECUNDÁRIOS

Das atribuições de função anteriormente feitas às partes do terreno do Mosteiro, resulta que qualquer outro edificado, como a *casa de acolhimento* e a *capelania*, deverão situar-se no quadrante Nordeste (NE).

Apesar de este não ser o melhor quadrante para a habitação – devido ao frio e à humidade provenientes de Norte – é aquele que menos interferência tem com a vivência, quer agrícola, quer recreativa, da Cerca. É também aquela parte do terreno que está mais perto da entrada prevista, que terá lugar, por

causa dos caminhos existentes, por Este. Finalmente, é uma parte do terreno que tem uma posição discreta, quase escondida, relativamente ao edifício do Mosteiro, não interferindo com a sua centralidade, como é conveniente a estes edificadros secundários. Não obstante, como a encosta Norte da colina é mais íngreme que as vertentes Sul e Este, a situação no quadrante Nordeste (NE) permite a necessária proximidade ao edifício do Mosteiro.

Por outro lado, mediante o dispositivo do modelo “rua de aldeia” será também possível dar a estes edificadros a conveniente exposição solar a Sul, tornando-os confortáveis para a habitação, tanto mais que a pendente do quadrante Nordeste (NE) é sensivelmente menor do que a do quadrante Noroeste (NO).

#### E) CONFIGURAÇÃO DE ELEMENTOS NÃO CONSTRUÍDOS – O CAMINHO E A PORTA

Considerando que a Cerca é um território circunscrito, um território separado, é também importante discutir as circulações no interior do terreno e os diafragmas que separam as zonas periféricas das zonas mais internas.

De modo a evitar que o território seja muito devassado, evitando que o acesso público à igreja do Mosteiro perturbe a serenidade da Cerca, esse acesso deverá acontecer preferencialmente pelo quadrante Nordeste (NE), idealmente pelo ângulo entre as extremas Norte e Este. Não tendo ainda sido possível garantir a aquisição dos terrenos que permitam essa entrada, ela deverá acontecer a meio da extrema Este, mas o caminho para a igreja deverá procurar o limite Norte logo que possível (obtendo a disposição discreta acima referida, e possibilitando, mais tarde, depois da aquisição das parcelas necessárias, utilizar o traçado mais favorável). Terá assim lugar uma aproximação gradual ao edifício do Mosteiro – de Nascente para Poente, de Norte para Sul e de baixo para cima –, que culmina na igreja, passando antes pela Casa de Acolhimento.

O edificado da Casa de Acolhimento serve também para construir um dispositivo importante – algo com um significado semelhante ao de uma porta – que demarca a entrada num território mais íntimo, mais pertença do Mosteiro, não visualmente acessível do exterior. A ligação entre a Casa de Acolhimento e o Mosteiro, não obstante verificar os requisitos funcionais de acessibilidade, será feita com discrição, parcialmente semienterrada, prescindindo da retilinearidade (que implicaria uma maior proximidade, ainda que só semanticamente), de modo a enfatizar a separação entre o território dos leigos – em baixo e próximo da entrada – e o das monjas (e do rico e pesado vínculo de *stabilitas*). A ligação pedonal entre a Casa de Acolhimento e o

Mosteiro – sugerindo (antes de se encaixar no terreno) o conceito de muro – contribuirá também para a demarcação de uma maior interioridade.

A Capelania não tem ainda a sua localização completamente fixada, mas, uma vez que serve quer o Mosteiro quer a Casa de Acolhimento, deverá vir a colocar-se entre os dois, junto do acesso pedonal que liga estes dois edifícios.

#### F) AMBIENTES INTERNOS

Não foram aqui tratadas as questões dos ambientes internos. A extensão deste discurso não permite entrar agora nessa discussão. Avançamos contudo um conceito que queremos que oriente todo o nosso pensamento sobre essa temática – coralidade dos espaços: a experiência dos espaços deve ser semelhante à experiência do coro (como unidade de vozes livres, gerando beleza).

#### G) ELEMENTOS DE PROJETO

De todos estes indicadores resultou a implantação proposta, tirando partido das vistas, assumindo uma posição discreta e confortável, mas que não se demite de conceder ao território uma marca humana (sobretudo pela silhueta da igreja).

O projeto aponta para uma disposição de cêrceas baixas de um ou dois pisos, que acompanha a pendente do terreno e constrói um elemento mais marcante exclusivamente quando se trata de um volume de significado particularmente denso, como é a igreja. O construído principal – o Mosteiro – organizar-se-á em torno de um claustro adjacente à igreja. É previsível que tenha entre 2 e 3 pisos, em harmonia com a pendente do terreno, com a possibilidade de um outro piso semienterrado.

Em toda a arquitetura do Complexo Monástico privilegiar-se-ão os materiais típicos da região e as disposições formais tradicionais, na sequência da estratégia dos “modelos” atrás enunciada, mas não sem deixar de salvaguardar o risco do *pastiche*.

Além do edificado todo o território do lote será posteriormente desenhado nos seus elementos vegetais de modo a construir as condições paisagísticas que se descreveram acima.

Os acessos projetados seguem vias pré-existentes, preferindo a contiguidade dos limites do lote ou anteriores divisões (muros existentes), subindo e descendo segundo linhas de baixa pendente.

### III. ANÁLISE DOS IMPACTOS DEMOGRÁFICO, ECONÓMICO, SOCIOCULTURAL, PAISAGÍSTICO E ECOLÓGICO

#### 1. Vetor demográfico

A construção do Complexo Monástico implicará seguramente um rejuvenescimento da população da freguesia. Faz parte da natureza do Mosteiro atrair novas vocações, concorrendo para um reflorescimento sustentável da população do Mosteiro e da freguesia. É importante salientar que, fruto do voto de *stabilitas loci* (o voto de compromisso de residir sempre no lugar do Mosteiro), aquela comunidade engrossará doravante e para sempre o contingente da população residente da freguesia de Palaçoulo. Note-se que a comunidade de Vitorchiano, que funda este mosteiro de Palaçoulo, tem tido um contínuo fluxo de vocações levou a que desde os anos 60 para cá, tivessem já fundado 8 novos mosteiros espalhados por todo o mundo\*, sendo que a comunidade nesta altura conta com 76 irmãs, num mosteiro que tem capacidade prevista apenas para 60.

#### 2. Vetor económico

Como referido, o Complexo Monástico funcionará como uma quinta, como uma exploração agrícola tradicional. Tal significa que não haverá alterações significativas dos usos do território envolvente e que, outrossim, se gerará um processo de rejuvenescimento partindo da própria natureza e essência do território.

À produção agrícola somar-se-á a transformação dos produtos da terra e a sua comercialização. Estas atividades, além de serem produtoras são também recetoras: será necessária maquinaria e alfaias para o trabalho da terra, serão necessárias embalagens para os produtos agrícolas e de transformação,

---

\* Valserena (Itália 1968); Hinojo (Argentina 1973), Quilvo (Chile 1981), Humocaró (Venezuela 1987), Gedono (Indonésia 1987), Matutum (Filipinas 1995), Naší Paní (República Checa 2007), Mvanda (República Democrática do Congo 1998).



etc.. Por seu turno, a pequena escala a que a produção e comercialização é feita – à semelhança do que acontece com outras explorações agrícolas que vendem diretamente os produtos da terra – não terá impactos poluentes residuais: não haverá fumos, nem efluentes tóxicos ou malcheirosos.

Assim, com este Empreendimento, gerar-se-ão sinergias produtivas e de consumo que seguramente dinamizarão discretamente e sustentavelmente a economia da região.

### **3. Vetor sociocultural**

É da natureza de um mosteiro cisterciense contribuir para a regeneração do tecido social e para a elevação do nível cultural das populações envolventes – foi assim no passado e continua a ser assim, nomeadamente, com a comunidade fundadora de Vitorchiano.

A mensagem ética que perpassa pela beleza da paisagem arroteada, pela simplicidade forte da silhueta do mosteiro, pela harmonia do canto da Liturgia, pelo eco ordenado dos sinos do campanário – para além da presença afável e alegre das irmãs – organiza e dá significado à vida das gentes, oferece-lhes consolo e discernimento sem os quais a esperança, a esperança que vence as depressões patológicas, não sobrevive.

O Complexo Monástico será por isso e além disso – é da sua natureza sê-lo, quer se creia quer não – um grande centro de orientação espiritual. A paz social, a harmonia familiar das comunidades, numa população assumidamente cristã como a desta região – sempre foi especialmente devedora à ação moral, abnegada e curial dos monges e monjas que povoaram Portugal e a Europa. Aqui sê-lo-á também.

### **4. Vetor paisagístico**

Uma vez que os usos dominantes do território não são alterados, antes, ripristinados – sendo usos agrícolas e conservando-se usos agrícolas – também a paisagem submeter-se-á um processo regenerativo: a paisagem do lote em questão, que se tinha tornado selvagem com o crescimento de matos, receberá de novo uma feição doméstica e cultivada, com culturas típicas da zona. A

presença da água e o seu usufruto reverdecerá todo aquele terreno, mitigando a feição seca do clima próximo. De novo a paisagem adquirirá o aspeto humano e forte que caracterizava o planalto mirandês.

Por outro lado, os elementos construtivos terão um efeito de afeiçoamento do território que extravasa os limites do lote. As silhuetas típicas do mosteiro da igreja e do campanário concederão à paisagem uma marca clássica, humana. A “rua de aldeia”, feita pelo conjunto dos construídos secundários do complexo monástico, discretamente apoiará, emoldurará, a ação de marcação paisagística realizada pelo mosteiro.

Heidegger dizia do templo grego que “no seu estar-aí [estar simplesmente, mas com todas as complexas reverberações que tal contem] dava às coisas [e portanto à paisagem natural] o seu rosto [ou seja, a sua capacidade de participarem na vida dos homens, poética e prática, na vida com significado] e aos homens a vista de si mesmos [a possibilidade de se reconhecerem por aquilo que são, o habitarem-se]”. Isto que Heidegger afirma para o templo grego poderia apropriadamente ser transportado para o efeito de qualquer mosteiro cisterciense (lembramos por exemplo a presença a seu tempo imponente e doce de Santa Maria do Bouro) e será seguramente o efeito paisagístico e morfológico do mosteiro de Santa Maria Mãe da Igreja de Palaçoulo.

##### **5. Vetor ecológico e índice de edificabilidade**

Do que atrás ficou dito resulta que este Empreendimento tenderá a reprimatizar as condições agrícolas existentes, sem que isso implique a construção de grandes estruturas ou a produção de efluentes contaminados (não haverá atividade pecuária relevante).

A natureza agrícola pretérita dos solos será preservada, não havendo portanto alterações do coberto vegetal. O tipo não-intensivo da exploração também não suscitará perturbações à fauna.

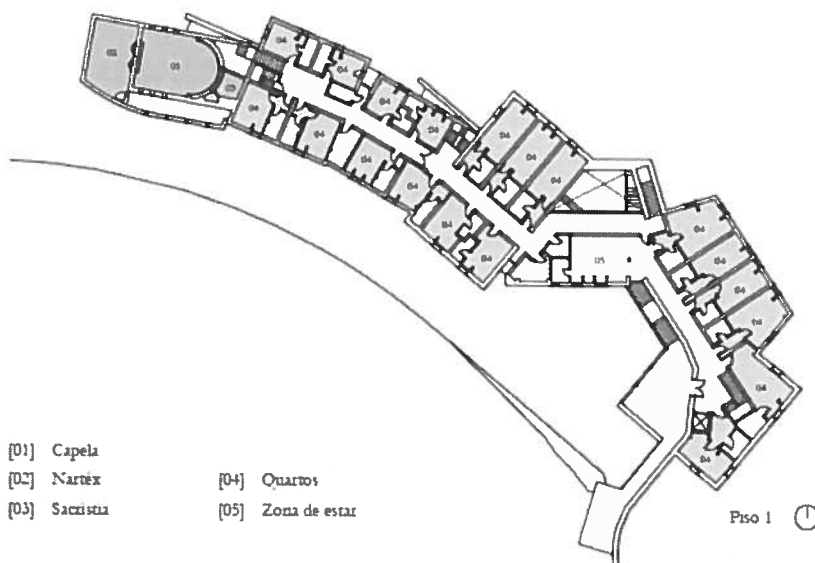
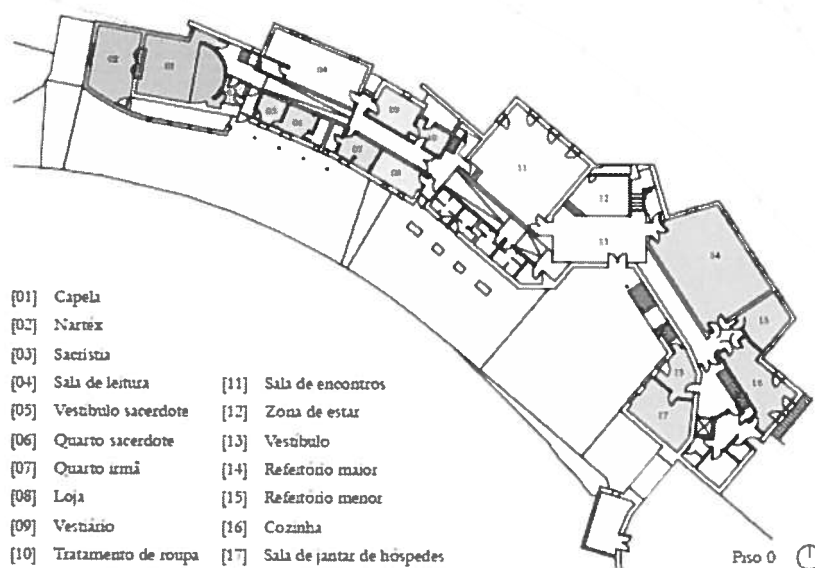
## IV. FASES DE CONSTRUÇÃO

Pretende-se que o Empreendimento seja construído em duas fases, nos termos que se passam a expor:

### 1. Fase 1

Esta fase tem por objeto a construção de uma edificação para uma comunidade de 10 monjas, com as funções típicas de um mosteiro cisterciense. Corresponde a um dos construídos que definimos anteriormente como “modelo secundário” (vide II.3.b) e II.3.d)). Tem cerca de 1000m<sup>2</sup> de área de implantação e aproximadamente 2000m<sup>2</sup> de área total de construção.

É constituída por um edificado linear disposto na encosta Nordeste do lote, com cerca de 80m de comprimento por 25m de profundidade máxima e uma altura de dois pisos, na sua fachada sul e de 2 pisos mais um semienterrado, tirando partido da inclinação do terreno, na fachada norte, tal como se apresenta nos seguintes diagramas:



Diagramas Funcionais relativos à Fase 1 do Complexo Monástico

## 2. Fase 2

Esta fase destina-se à construção de uma edificação para uma comunidade de 40 monjas, com as funções típicas de um mosteiro cisterciense. Prevê-se que venha a ter uma área de implantação entre 4000 e 5000m<sup>2</sup>. Corresponde ao que definimos anteriormente como “modelo principal” (vide II.3.a)).

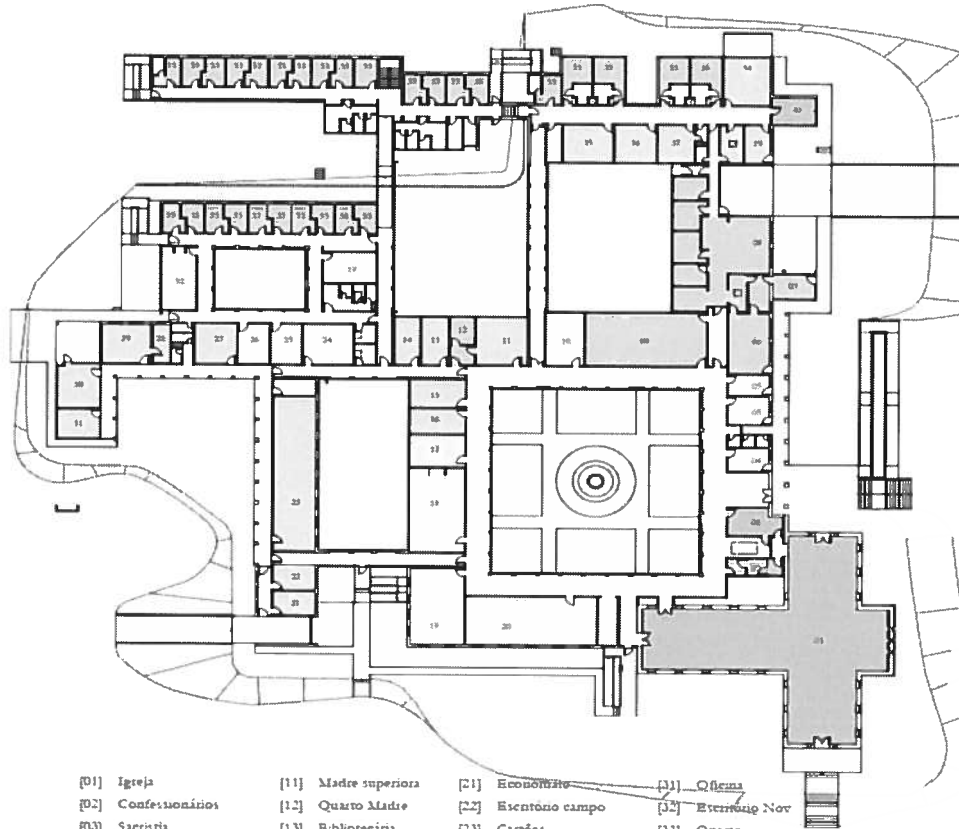
Para maior facilidade de percepção sobre as características deste Mosteiro apresentam-se de seguida diagramas funcionais com exemplos da Fase 2 de dois dos mosteiros fundados recentemente pela comunidade de Vitorchiano – um no Brasil e outro na República Checa.

Espaços para ORAÇÃO

Espaços RESIDENCIAIS

Espaços para ESTUDO

Espaços para TRABALHO



[01] Igreja	[11] Madre superiora	[21] Econômita	[31] Oficina
[02] Confessionários	[12] Quarto Madre	[22] Esentônio campo	[32] Estreito Nov
[03] Sacristia	[13] Biblioteca	[23] Cartões	[33] Quarto
[04] Recepção	[14] 2ª superiora	[24] Monastucado	[34] Solário
[05] Pulitório	[15] Secretariado	[25] Postulantes	[35] Terapia
[06] Refeitório hóspedes	[16] Computação	[26] Sala de aula noviçado	[36] Sala de banheira
[07] Refeitório padres	[17] Liturgia	[27] Laboratório	[37] Consultas
[08] Cozinha	[18] Capítulo	[28] Rouparia	[38] Copa
[09] Refeitório maior	[19] Uso Múltiplo	[29] Costura	[39] Sala de visitas
[10] Sala de aula / revistas	[20] Esentônio	[30] Lavandaria	[40] Capela

Piso 1

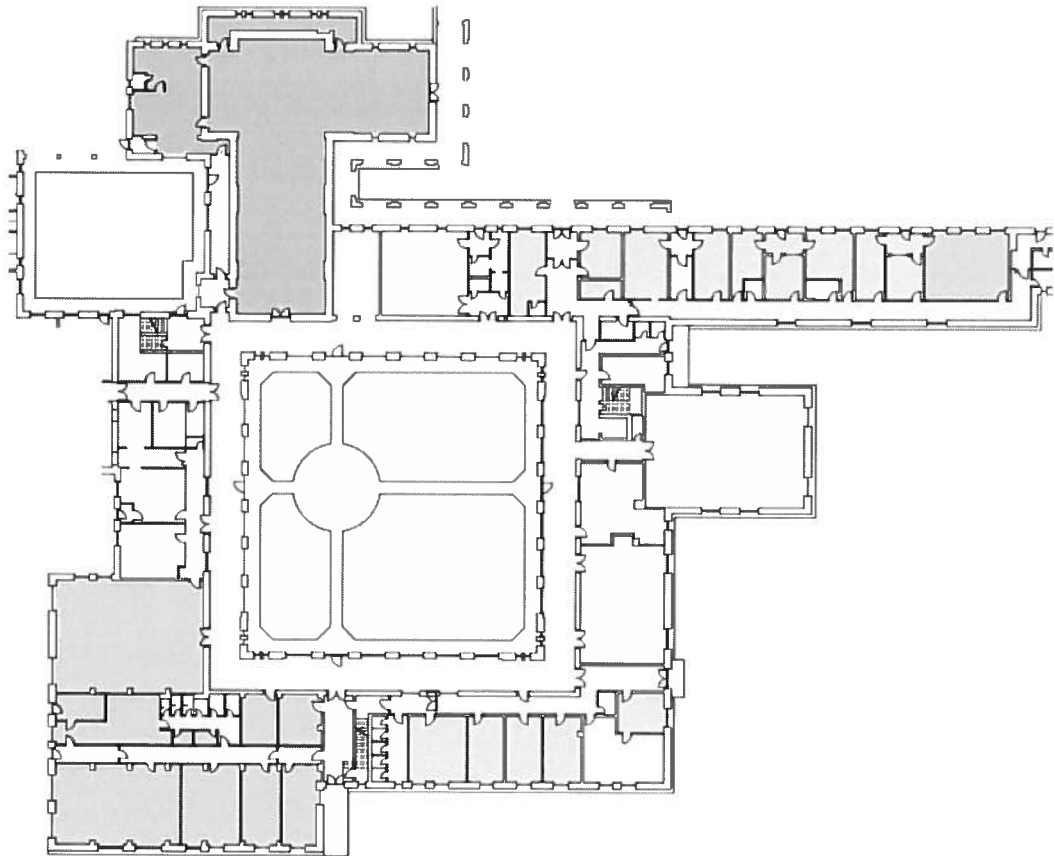
## Diagramas Funcionais do Mosteiro do Brasil

Espaços para ORAÇÃO

Espaços RESIDENCIAIS

Espaços para ESTUDO

Espaços para TRABALHO



Piso 1 

**Diagramas Funcionais do Mosteiro da República Checa**

Quando a fase 2 do mosteiro estiver terminada é previsível que a fase 1 se venha a tornar Casa de Acolhimento (vide I.1.1.d))

### **3. Calendarização previsional**

Após a aprovação final do interesse público estratégico do Empreendimento, que se antecipa que possa ocorrer entre setembro-outubro de 2018, prevê-se que o referido Empreendimento seja executado nos seguintes prazos.

- (i) Fase 1 – A construção da fase 1 deverá iniciar-se logo após o licenciamento do projeto e a concessão da licença de construção por parte da Câmara Municipal de Miranda do Douro, e deverá ser concluída no prazo de 16 a 24 meses. Na consideração do sobredito espera-se que a obra possa começar em novembro de 2018 e acabar em julho de 2020.
- (ii) Fase 2 – O projeto da fase 2 começará ao mesmo tempo que a obra da fase 1 (ou seja, previsionalmente, em novembro de 2018). Antevê-se que o projeto de licenciamento seja concluído em novembro de 2019 e, conseqüentemente, que se entregue o pedido de licenciamento nessa data. Não havendo reparos a fazer por parte da Câmara, e sendo concedida expeditamente a licença de construção, desenvolver-se-á seguidamente o projeto de execução e depois o concurso de empreitadas, de tal modo que se espera que a obra da fase 2 possa começar em julho de 2020. Prevê-se que a obra da fase 2 esteja concluída no prazo de 36 meses, ou seja, em Julho de 2023.

A calendarização prevista assume caráter previsional, podendo sofrer ajustes ou alterações caso se verifiquem circunstâncias alheias à vontade do Dono da Obra que condicionem a execução do Empreendimento de acordo com os prazos inicialmente previstos (como sejam, a título meramente exemplificativo, o atraso na obtenção dos licenciamentos urbanísticos necessários ao início das obras, o atraso na conclusão do procedimento de contratação da empreitada ou na sua própria execução). Tais alterações de calendarização – a existirem e serem necessárias – serão comunicadas à Câmara Municipal de Miranda do Douro.



## V. COMPATIBILIDADE DOS USOS PROPOSTOS COM OS USOS DOMINANTES

Em função do uso dominante, o solo rural onde se pretende localizar o Empreendimento integra-se, nos termos do artigo 16.º do Regulamento do PDM, na categoria dos espaços agrícolas.

A construção do Empreendimento apresenta-se compatível com os usos dominantes, de acordo com os critérios de compatibilidade previstos no artigo 20.º do Regulamento do PDM. Nos termos deste preceito, consideram-se usos compatíveis os que não comprometam a afetação funcional dominante da categoria do solo correspondente, nem a sustentabilidade das condições ambientais e urbanísticas, podendo ser razão suficiente de recusa de licenciamento, aprovação ou autorização, em função da sua localização, as utilizações, ocupações ou atividades que:

- a) Dêem lugar à produção de fumos, cheiros ou resíduos que afetem as condições de salubridade ou dificultem a sua melhoria;
- b) Perturbem gravemente as condições de trânsito e estacionamento ou provoquem movimentos de cargas e descargas que prejudiquem as condições de utilização da via pública;
- c) Acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão;
- d) Prejudiquem a salvaguarda e valorização do património classificado ou de reconhecido valor cultural, arquitetónico, paisagístico ou ambiental;
- e) Correspondam a outras situações de incompatibilidade que a lei geral considere como tal.

No caso concreto, o Empreendimento visado cumpre os requisitos de compatibilidade a que se refere este preceito. Desde logo, como vimos, o Complexo Monástico funcionará como uma quinta, como uma exploração agrícola tradicional, o que significa que não haverá alterações significativas dos usos do território envolvente e que, outrossim, se gerará um processo de rejuvenescimento partindo da própria natureza e essência do território.

Como também exposto, à produção agrícola somar-se-á a transformação dos produtos da terra e a sua comercialização – atividades estas

que, além de serem produtoras são também recetoras (será necessária maquinaria e alfaias para o trabalho da terra, embalagens para os produtos agrícolas e de transformação). Além disso, a pequena escala a que a produção e comercialização é feita terá impactos poluentes residuais: não haverá fumos, nem efluentes tóxicos ou malcheirosos.

Assim, com este Empreendimento garante-se a conformidade dos usos propostos com os usos dominantes.

## VI. INFRAESTRUTURAS

Dado o carácter doméstico do construído, os impactos nas infraestruturas são de pequena monta.

O consumo de eletricidade é, para uma população desta ordem (40 indivíduos com a possibilidade de um acréscimo de visitantes de outros 30 indivíduos) pouco significativa (250 kVA  $\approx$  200 kWh). O carácter de isolamento que o mosteiro procura implica que também não haja peso ao nível das telecomunicações. O abastecimento de gás será feito por botijas. Quanto à água para consumo doméstico, o caudal previsto será de apenas 4l/s e para todas as atividades usar-se-á predominantemente a água proveniente de um poço artesiano já realizado no local.

Para efeitos de segurança contra incêndios será, contudo, necessário que haja uma ligação à rede municipal de abastecimento de água, de modo a que se possa colocar um hidrante no perímetro do terreno. (De qualquer forma, foi já verificado que o depósito de água de Palaçoulo está colocado a uma cota suficientemente alta para poder provider a esta necessidade.) As águas negras do Mosteiro, cujo débito será cerca de 1100 l/min, estarão ligadas a uma Mini-ETAR (ou ETAR compacta) a construir no terreno, sendo depois as águas resultantes canalizadas para trincheiras filtrantes (de modo a evitar-se a emissão de cheiros desagradáveis).

Finalmente será necessário prover à construção de acessos para veículos de 3 eixos desde Palaçoulo até ao lugar do mosteiro, para responder às necessidades de segurança contra incêndios e às necessidades de fornecimento do mosteiro. Há contudo que sublinhar que esse acesso deverá observar apenas os limites mínimos exigidos, para que assim se garanta quer a salvaguarda da paisagem – nomeadamente dos caminhos ladeados por muros – quer a discrição requerida pelo acesso a um mosteiro cisterciense. Acresce ainda que esta via não se encontra fora da rede de vias comuns, mas, se prolongada poderá facilitar consideravelmente o acesso de Palaçoulo a Fonte Ladrão.

Garante-se, assim, a capacidade das infraestruturas públicas face às novas cargas resultantes do Empreendimento, nos termos do artigo 77.º, n.º 1, al. b), do Regulamento do PDM.

## VII. PARÂMETROS DE EDIFICABILIDADE

O índice de utilização do solo previsto com o Empreendimento é de apenas 0,035 – quatro vezes inferior ao índice das categorias de espaço agrícola, espaço de uso múltiplo agrícola e florestal e espaço de utilização recreativa e de lazer, ou de espaços em solo rural, em que o índice de utilização máximo é de 0,15.

Nestes termos, o Empreendimento cumpre os parâmetros de edificabilidade previstos no artigo 77.º, n.º 2, do Regulamento do PDM.

## VIII. DO CONCEITO E DA VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DO EMPREENDIMENTO DE CARÁTER ESTRATÉGICO

A construção do Complexo Monástico pretendida é suscetível de ser enquadrada na figura dos “Empreendimentos de Carácter Estratégico” prevista nos artigos 75.º a 77.º do Regulamento do PDM de Miranda do Douro.

Concretamente, nos termos do artigo 75.º deste Regulamento, prevê-se a possibilidade de realização de “Empreendimentos de Carácter Estratégico”, que permite usos e edificações, no solo rural e no solo urbano, que não se encontrem em conformidade com o regulamento para a respetiva categoria e subcategoria onde se pretendem implantar, desde que o interesse público seja reconhecido pela Assembleia Municipal e que se enquadrem, pelo menos, numa das situações previstas nesse preceito, a saber:

- a) Apresentem elevado carácter inovador;
- b) Sejam investimentos nas áreas social, religião, cultura, educação, saúde, ambiente, recreio e lazer, turismo, indústria e energias renováveis;
- c) Criem um elevado número de empregos;
- d) Englobem investimentos iguais ou superiores a 5.000 vezes o indexante de apoios sociais (IAS) definido pela Lei n.º 63-B/2006, de 29 de dezembro.

Por outro lado, para que um determinado investimento possa ser qualificado como Empreendimento de Carácter Estratégico, nas suas características deve constar, obrigatoriamente, a respeitante à alínea c) ou à alínea d), conforme dispõe o artigo 75.º, n.º 2, do Regulamento do PDM.

No caso concreto, como resulta do exposto, pretende-se construir um Empreendimento:

- (i) Na área da religião – na medida em que se pretende construir um Complexo Monástico cisterciense de estrita observância feminino –, enquadrando-se por isso na al. b) deste preceito;
- (ii) Que engloba um investimento consideravelmente superior a 5.000 vezes o indexante de apoios sociais (IAS), definido pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, enquadrando-se também na al. d) deste preceito.

Quanto a este último ponto, atualmente, o valor do IAS corresponde a 428,90 €, tal como resulta do artigo 2.º da Portaria n.º 21/2018, de 18 de janeiro, que procedeu à atualização do valor do IAS para 2018. Assim, para que um Empreendimento seja considerado de Caráter Estratégico por esta alínea, o mesmo terá de ter um valor igual ou superior a 2.144.500,00 € (5.000,00\*428,90 €).

Prevê-se que o valor do investimento, correspondente, no máximo, a cerca de 7000 m2 de construção, seja aproximadamente de 1200 €/m2, motivo pelo qual o investimento excederá consideravelmente o investimento mínimo necessário.

Assim, está também preenchido o requisito da al. d) do n.º 1 do artigo 75.º do Regulamento do PDM que, como vimos, é um dos requisitos que, alternativamente ao constante da al. c), deverá obrigatoriamente verificar-se para que um determinado investimento se possa enquadrar na figura do Empreendimento de Caráter Estratégico.

## IX. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, traçando o enquadramento institucional de referência para a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) a nível nacional.

De acordo com o artigo 78.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, “Os planos de urbanização e os planos de pormenor só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente ou nos casos em que constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a avaliação de incidências ambientais”.

Por sua vez, de acordo com o artigo 3.º, n.º 1, al. c) do referido Decreto-Lei n.º 323/2007, estão sujeitos a avaliação ambiental os planos e programas que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente. Para este efeito, consideram-se enquadramento de futuros projetos os planos e programas que contenham disposições relevantes para a subsequente tomada de decisões de aprovação, nomeadamente respeitantes à sua necessidade, dimensão, localização, natureza ou condições de operação.

Os critérios para a determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente vêm previstos no Anexo do Decreto-Lei n.º 323/2007, que se passam a expor de seguida, sendo que compete à Câmara Municipal a decisão fundamentada da qualificação do mesmo para efeitos de sujeição ao procedimento de AAE, tal como previsto no artigo 78.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT.

### 1. Características dos planos e programas

O primeiro critério de determinação refere-se às características dos planos e programas tendo em conta, nomeadamente:

- a) O grau em que o plano ou programa estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;
- b) O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;
- c) A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;
- d) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa;
- e) A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente.

No caso concreto, o Empreendimento não irá afetar, no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento, qualquer tipo de atividade ou projeto adjacentes, nem irá afetar quaisquer outros planos ou programas.

Também não se preveem problemas ambientais associados, ou o seu agravamento, em virtude da realização do Empreendimento.

## **2. Características dos impactes e da área suscetível de ser afetada**

O segundo critério de determinação refere-se às características dos impactes e da área suscetível de ser afetada tendo em conta, nomeadamente:

- a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;
- b) A natureza cumulativa dos efeitos;
- c) A natureza transfronteiriça dos efeitos;
- d) Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes;
- e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;
- f) O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:
  - i) Características naturais específicas ou património cultural;
  - ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;
  - iii) Utilização intensiva do solo;



- g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.

No caso concreto, conforme se expôs, o Empreendimento tenderá a repriminar as condições agrícolas existentes, não se verificando qualquer alteração dos usos dominantes – sendo usos agrícolas e conservando-se usos agrícolas – o que levará também a que a paisagem se submeta a um processo regenerativo.

Essa repriminação das condições agrícolas existentes não implicará a construção de grandes estruturas ou a produção de efluentes contaminados (não haverá atividade pecuária relevante).

Por outro lado, a natureza agrícola pretérita dos solos será preservada, não havendo portanto alterações do coberto vegetal. O tipo não intensivo da exploração também não suscitará perturbações à fauna.

### **3. Da não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica**

Tendo em conta a análise efetuada e os critérios acabados de expor, verifica-se que o Empreendimento em causa não é suscetível de causar impacto significativo no ambiente, pelo que o mesmo não deverá estar sujeito à Avaliação Ambiental Estratégica.

## CONCLUSÃO

Atentas as considerações *supra* expostas, conclui-se que estão reunidos todos os requisitos que permitem a qualificação do investimento pretendido como Empreendimento de Caráter Estratégico para efeitos dos artigos 75.º a 77.º do Regulamento do PDM, devendo ser reconhecido o interesse público estratégico do Empreendimento para Construção do Complexo Monástico de Santa Maria Mãe da Igreja, em Palaçoulo.

